

**Búfalo Silos e Logística S.A.**

CNPJ/MF nº 20.494.004/0001-80

**Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Milhares de Reais)**

Balancos Patrimoniais							Demonstrações do Resultado					
Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015		Notas	2016	2015	
<b>Circulante</b>		<b>980</b>	<b>253</b>	<b>Circulante</b>		<b>285</b>	<b>1.201</b>	Resultado financeiro líquido		8	77	91
Caixa e equivalentes de caixa		200	9	Contas a pagar	6	112	1.122	Despesas gerais e administrativas		9	(5.480)	(2.992)
Títulos e valores mobiliários	4	725	224	Provisões trabalhistas		64	-	Prejuízo do exercício			(5.403)	(2.901)
Impostos a recuperar		37	20	Obrigações fiscais		109	79	<b>Prej. por lote de mil ações (em R\$)</b>	<b>3.c</b>	<b>(0,370)</b>	<b>(0,496)</b>	
Adiantamentos a fornecedores		18	-	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>5.846</b>	<b>1.824</b>	<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>				
<b>Não circulante</b>		<b>5.151</b>	<b>2.772</b>	Capital social	7.a	14.596	5.171			<b>2016</b>	<b>2015</b>	
Imobilizado	5	5.151	2.772	Prejuízos acumulados		(8.750)	(3.347)	Prejuízo do exercício		(5.403)	(2.901)	
<b>Total do ativo</b>		<b>6.131</b>	<b>3.025</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>6.131</b>	<b>3.025</b>	<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(5.403)</b>	<b>(2.901)</b>	
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>												
		<b>Capital Subscrito</b>	<b>Capital integralizar</b>	<b>Capital social a Adiantamentos para futuro aumento de capital</b>		<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>					
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>		<b>311</b>	-	<b>187</b>		<b>(446)</b>	<b>52</b>					
Aumento de capital (Nota 7.a)		5.535	(675)	(187)		-	4.673					
Prejuízo do exercício		-	-	-		(2.901)	(2.901)					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>5.846</b>	<b>(675)</b>	-		<b>(3.347)</b>	<b>1.824</b>					
Aumento de capital (Nota 7.a)		8.750	675	-		-	9.425					
Prejuízo do exercício		-	-	-		(5.403)	(5.403)					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>14.596</b>	-	-		<b>(8.750)</b>	<b>5.846</b>					
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>												
<b>1. Contexto operacional</b> – a) Objeto social: A Búfalo Silos e Logística S.A. ("Cia."), anteriormente denominada Búfalo Silos Participações S.A., é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispositivos legais aplicáveis em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores. O endereço do escritório da Cia. é na Avenida VP 08 Folha 26, sn – quadra 14, lote 01, sala 507 do Edifício Amazon Center, Nova Marabá, Marabá-PA. Seus atos constitutivos de 15/12/2014, foram arquivados na JUCESP em sessão de 12/01/2015, sob o registro 35300474503 decorrente da transformação de Brasil Warelog Ltda. em sociedade anônima, deu início em suas atividades conforme contrato social arquivado em sessão de 25/06/2014 sob a denominação de Finvest IV Participações Ltda. Em Assembleia Geral Extraordinária de 10/02/2015, arquivada na JUCESP em sessão de 18/03/2015, alterou a denominação anterior para a atual. A Cia. tem por objeto social: (i) a construção, aquisição, arrendamento e gestão de instalações em geral, em quaisquer modalidades permitidas pela lei aplicável, para a prestação de serviços de logística e transporte de grãos e graneis sólidos, compreendendo o recebimento, manuseio, classificação, beneficiamento e expedição; e (ii) a participação, como sócia ou acionista, no capital social de outras sociedades no Brasil ou no exterior. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e análise de recuperabilidade dos ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. <b>Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) requer que a Administração da Cia. use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. <b>Aprovação das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras 2016 foram devidamente aprovadas pela Diretoria da Cia. em 31/03/2017. <b>3. Principais práticas contábeis adotadas:</b> As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: a) <b>Instrumentos financeiros:</b> Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Cia., quando aplicável são classificados nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante; Outros passivos mensurados pelo custo amortizado: são passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. b) <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e investimentos. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificadas na categoria "Ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio do resultado" e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério "pro-rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Cia.. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. c) <b>Imobilizado:</b> Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Cia. as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No imobilizado em andamento, são classificados todos os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, custos de legalização, adiantamentos para futura construção e aquisição de terrenos e outros gastos que a Cia. incorrer na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação, quando são reclassificados para as contas específicas do grupo Imobilizado. d) <b>Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para CSLL à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. f) <b>Prejuízo por ação:</b> O resultado por ação foi calculado de acordo com o Artigo 187 inciso VII da Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). g) <b>Apuração do resultado:</b> As receitas e as despesas são apresentadas de acordo com o objeto social específico da Cia., seguindo o regime de competência. h) <b>Novas normas e interpretações ainda não adotadas:</b> A Cia. decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir: CPC 48 – Instrumentos Financeiros: <b>Descrição:</b> Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; <b>Vigência:</b> Exercícios anuais iniciados a partir de 01/01/2018; CPC 47 – Receitas de contratos com clientes: <b>Descrição:</b> Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes; <b>Vigência:</b> Exercícios anuais iniciados a partir de 01/01/2018; IFRS 16 – Arrendamento mercantil (a): <b>Descrição:</b> Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17; <b>Vigência:</b> Exercícios anuais iniciados a partir de 01/01/2019. (a) Para o IFRS 16 a Administração da Cia. aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras. Atualmente, a Administração da Cia. está avaliando os potenciais efeitos dos respectivos pronunciamentos aprovados pela CFC nos saldos de abertura referente a 01/01/2017, bem como nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31/12/2018 e 2017. <b>4. Títulos e valores mobiliários</b> – Em 31/12/2016 e 2015 os títulos e valores mobiliários referem-se a cotas de fundos de investimentos, classificados como renda fixa-DI, lastreadas em Títulos Públicos e Privados e remunerado a 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e de acordo com o seu respectivo regulamento, esses investimentos estão sujeitos às oscilações dos mercados em que são negociadas, afetando seus preços, taxas de juros, ágios, deságios e volatilidades e produzindo flutuações no valor das cotas do Fundo, que podem representar ganhos ou perdas para os cotistas. <b>5. Imobilizado</b>												
		<b>2016</b>	<b>2015</b>			<b>2016</b>	<b>2015</b>					
Equipamentos, móveis e utensílios (i)		19	15									
Adiantamentos para aquisição de terreno (ii)		1.981	1.616									
Gastos com estudos e legalização (iii)		3.151	1.141									
		<b>5.151</b>	<b>2.772</b>									
(i) Equipamentos, móveis e utensílios				<b>2016</b>	<b>Depre-Adi- 2015</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>	<b>Depre-Adi- 2015</b>	<b>2014</b>			
Equipos. de informática	12	(3)	5	10	(3)	9	4					
<b>Móveis e utensílios</b>	7	(1)	3	5	-	5	-					
	<b>19</b>	<b>(4)</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>(3)</b>	<b>14</b>	<b>4</b>					
(ii) Adiantamentos para aquisição de terreno: Em 28/12/2015, a Cia. celebrou um compromisso de compra e venda para aquisição do terreno em Marabá, o qual será destinado para futura construção do terminal de transbordo rodo-fluvial de cargas (ETC). O valor												

continua ...